

Ata de Reunião – Setembro/2022

Data:	05/09/2022	Hora: 14:30	Local: Aplicativo Lifesize
Solicitante:	Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho		
Presentes:	<p>Magistrados: Juízas Ana Cláudia Silva Mesquita Braid, Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Laura Scaldaferrri Pessoa, e os Juízes Giberto Bahia de Oliveira e Raimundo Nonato Borges Braga.</p> <p>Servidores: Leonice Santos Salgado (CDESC), Fabrício Nascimento Ferreira (SEAD), Lígia Matos (DPG), Maurício de Oliveira e Silva (CTJUD), Vanessa Travessa (representada pela Dr^a Bárbara Magalhães - AAS), Dr. Wilian de Novaes Coutinho (DEA), Marcos Alcântara (representado pela Dr^a Liz Oliveira Souza - SEJUD), Moisés Bisesti de Queiroz (ASCOM), Leandro Andrade (DSG), Jorge Medrado Júnior (DSP) e José Romilson Mascarenhas (Núcleo Socioambiental). As ausências foram devidamente justificadas.</p>		
Ausentes:	Devidamente justificados.		
Tema: Acompanhamento das diretrizes de monitoramento do Núcleo Socioambiental			
<p>Aos 05 dias do mês de setembro de 2022, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reunião Virtual do Aplicativo Lifesize teve início a 9ª reunião do Núcleo Socioambiental (2022) onde presentes estavam: a Des. Maria de Fátima Silva Carvalho, Coordenadora do referido Núcleo e seus componentes: Juízas Ana Cláudia Silva Mesquita Braid, Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Renata Mirtes Benzano de Cerqueira, Laura Scaldaferrri Pessoa, e os Juízes Giberto Bahia de Oliveira e Raimundo Nonato Borges Braga. E os Servidores Leonice Santos Salgado (CDESC), Fabrício Nascimento Ferreira (SEAD), Lígia Matos (DPG), Maurício de Oliveira e Silva (CTJUD), Vanessa Travessa (representada pela Dr^a Bárbara Magalhães - AAS), Dr. Wilian de Novaes Coutinho (DEA), Marcos Alcântara (representado pela Dr^a Liz Oliveira Souza - SEJUD), Moisés Bisesti de Queiroz (ASCOM), Leandro Andrade (DSG), Jorge Medrado Júnior (DSP) e José Romilson Mascarenhas (Núcleo Socioambiental). As ausências foram devidamente justificadas.</p> <p>Iniciando os trabalhos, a Desembargadora Maria de Fátima saudou os presentes anunciando a pauta a ser discutida. Na ordem foram apresentados os seguintes temas: Estruturação do Núcleo Socioambiental para novos servidores, Autorização para assinaturas durante férias/afastamentos da Coordenadora.</p> <p>Cientificou sobre os andamentos do Novo Plano de Logística Sustentável (PLS), com o retorno dos Planos de Ações elaborados pelas Secretarias/Unidades envolvidas, visando a prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p>			

Dada palavra ao Dr. Fabrício Ferreira, esclareceu considerações sobre as propostas contidas no Plano de Ações da Secretaria de Administração (SEAD).

A Desembargadora Maria de Fátima Carvalho disponibilizou a estrutura do Núcleo Socioambiental para subsidiar a administração com informações de auxílio à tomada de decisões sustentáveis.

Divulgou o recebimento dos Processos recebidos pelo SIGA, pontuando a obediência da Resolução nº 400/2021 e Guia de Contratações Sustentáveis desta Corte, sendo que a competência e conveniência devem ser avaliadas pela Mesa Diretora.

Dr^a Renata Cerqueira destacou a importância da análise das obras por profissional técnico para avaliação dos critérios sustentáveis.

Dr. Fabrício Ferreira e Dr. Wiliam Coutinho ressaltaram a participação de profissionais habilitados para submissão dos projetos, observando os parâmetros ambientais, econômicos e sociais envolvidos.

Dr. Raimundo Nonato solicitou informações sobre a existência do Plano Anual de Obras previsto na resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em vigor.

Dr. Fabrício Ferreira comunicou a elaboração do Plano Anual de Obras, de caráter bial, com participação da CTJUD, SEAD, SEPLAN e Presidência, para posterior aprovação pelo Tribunal Pleno ao início de cada gestão, considerando as prioridades das estruturas. Informou a possibilidade de revisão do referido Plano, mantendo a mesma ordem, apresentando a localização do material Portal do Tribunal de Justiça.

Desembargadora Maria de Fátima Carvalho ponderou o atendimento aos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, a fim de avaliar se as medidas, embora sustentáveis, alcançam reais benefícios para o Poder Judiciário.

Esclareceu sobre a obediência dos critérios estabelecidos no supracitado normativo para emissão de parecer e análise conjunta dos integrantes do Núcleo Socioambiental.

Dr. Raimundo Nonato comunicou a elaboração do parecer opinativo, submetendo à apreciação dos presentes, sugerindo a elaboração de decisão unificada a fim de demonstrar a prioridade, análise técnica do planejamento envolvido, de acordo com as Resoluções expedidas pelo CNJ e o TJBA.

Dr^a Renata Cerqueira propôs a elaboração de checklist para que a Secretaria de Administração informe a obediência aos parâmetros sustentáveis, bem como indique a existência de Plano de Compensação Ambiental para a obra.

Sobre o tema, Dr. Fabrício Ferreira esclareceu que os Planos de Obras observam os parâmetros sustentáveis na estruturação dos prédios antigos dos Fóruns das Comarcas do Estado e na construção de novos empreendimentos.

Dr. Gilberto Bahia e Dr^a Ana Cláudia Mesquita contribuíram com as informações a serem avaliadas pelos Magistrados, sobretudo pela relevância que a Comarca dispõe.

Desembargadora Maria de Fátima sugeriu a elaboração dos pareceres requisitando a observância dos critérios sustentáveis pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), conforme Resoluções vigentes.

Dr. Fabrício Ferreira explanou sobre a demanda de Plano de Compensação Ambiental nas obras a serem executadas, com possibilidade de dispensa em algumas situações.

Dando continuidade, a Desembargadora Maria de Fátima Carvalho informou a realização de encontro com o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, para apresentação do desempenho de sustentabilidade, bem como apresentação de proposta de decretos sustentáveis.

Pontuou a participação do Núcleo Socioambiental na orientação das medidas conforme Resoluções do CNJ, bem como o envio dos dados sustentáveis no Sistema de Questionários deste Conselho, sugerindo a análise pela Comissão Interna após a remessa destas informações.

Dr^a Leonice Salgado trouxe o acompanhamento dos consumos de água em 08 (oito) Comarcas do Interior, com respectivas justificativas, destacando, também, a participação da SEAD no monitoramento dos indicadores sustentáveis, o equivalente a menos de 5% das regiões atendidas pelo CDESC.

Sugeriu a inclusão do setor gráfico da CDESC do Poder Judiciário do Estado da Bahia na proposta de utilização de impressoras coloridas.

Comunicou a realização de curso para conscientização socioambiental, entre a segunda e sexta-feira, na última semana de setembro e a primeira semana do mês de outubro, com a participação de servidores.

Dentro do tema, Dr^a Marina Rodamilans acrescentou que a impressão preta e branca é contabilizada como impressão colorida, servindo como argumento para a devolução das impressoras em desuso pelas Unidades na parte dos “considerandos”.

Os integrantes do Núcleo Socioambiental, de forma unânime, aprovaram o teor dos Decretos elaborados, com a ressalva de pontuais ajustes para melhor compreensão.

A Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho noticiou a proposta de curso de elaboração do Plano de Compensação Ambiental pela UNICORP e o envio de Questionário Socioambiental para os Juizes a ser enviado.

Dr^a Renata Cerqueira destacou a importância da compensação ambiental,

conforme exemplo abordado no Curso de Elaboração do PLS e Licitações Sustentáveis.

Dr. José Romilson ressaltou o retorno das atividades presenciais como possível justificativa para o aumento do consumo de água e energia elétrica.

Dr. Fabrício Ferreira e Dr^a Liz Oliveira informaram sobre a possibilidade do desligamento das máquinas em desuso durante as Sessões do Tribunal Pleno, por meio de medidas seguras, visando a redução do consumo de energia elétrica pela Sede da Corte baiana.

Dr. Fabrício Ferreira destacou a utilização dos Fóruns das Comarcas do Interior durante o período eleitoral como possível justificativa para o aumento do consumo de água e energia elétrica.

Propôs a elaboração campanhas de conscientização, a exemplo do uso consciente do papel higiênico e toalhas de papel nas Unidades.

Por fim, a Coordenadora do Núcleo Socioambiental, Desembargadora Maria de Fátima Carvalho, agradeceu a todos os participantes pelo comparecimento e colaboração frequentes de todos os integrantes.

Ficou acordado entre os presentes a designação do próximo dia **10.10.2022, às 14h30**, na modalidade virtual, para uma nova reunião. Nada havendo a constar, encerramos a presente Ata. Eu, Matheus Honorato dos Santos Oliveira, Servidor do Núcleo Socioambiental, Cadastro nº 969.421-8, escrevi.

Finalização: 16h11min